



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

**A FORMAÇÃO CIDADÃ POSSÍVEL PELA GEOGRAFIA ESCOLAR:  
REFLEXÕES DESDE O CONTEXTO BRASILEIRO E COLOMBIANO**

Carina Copatti<sup>1</sup>  
Daniel Fernando Sanchez<sup>2</sup>

**Resumo:** Pretendemos, neste artigo, debater sobre a formação cidadã no ensino escolar, principalmente considerando a Geografia, percorrendo aspectos mais específicos desse processo na educação no Brasil e na Colômbia. Nosso olhar parte da Geografia escolar, a partir do qual tecemos as reflexões teóricas aqui apresentadas, por constituir-se como espaço em que, pelas análises e leituras do espaço geográfico, a educação e a cidadania podem ser pensadas e tomar novos direcionamentos.

**Palavras-chave:** Educação. Geografia escolar. Cidadania. Brasil. Colômbia.

### **Introdução**

A educação constitui uma das questões mais urgentes de serem debatidas no contexto da América Latina, frente a um processo em que se amplia a perda de direitos sociais. A educação como direito de toda pessoa perpassa, primordialmente, pela formação para a cidadania, entendendo esta como um conjunto de conhecimentos e habilidades que orientem as pessoas a fazer parte de uma comunidade política, isto é, um entendimento do ser, da responsabilidade, da democracia e da justiça social. Isso a partir de relações permanentes entre o “eu” e a sociedade, a partir de ações morais e julgamentos éticos, que dão direção aos usos do conhecimento científico, aquele que se compartilha desde a escola, entre eles a geografia escolar, como ponto principal de interesse da presente reflexão.

Cabe, então, pensar a formação para a cidadania a partir de uma perspectiva que envolva, necessariamente, a educação escolar, vista como um contexto de aprendizagem em que a construção da dimensão humana e da compreensão de aspectos sociais são elementos necessários, indo muito além de uma formação para o trabalho, para exercer determinadas funções exigidas desde a esfera econômica.

1 Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ, 2016). Mestra em Educação e graduada em Geografia pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 2010); (E-mail: c.copatti@hotmail.com).

2 Mestrando em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ, 2017). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia (UPN, 2016); (E-mail: dan7el\_@hotmail.com).

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

No âmbito atual, onde a neoliberalismo parece ter dado lugar ao domínio da dimensão econômica sobre a social, parecendo, às vezes, como antagônicas, desfigurando objetos que lhes são dependentes, como o trabalho. Entretanto, são aspectos a serem compreendidos e alinhados no sentido de promover o desenvolvimento da sociedade e constituir, na escola, aspectos de compreensão do que seja a vivência cidadã. A respeito do contexto Herrera (2008, p. 58) afirma que:

Las inquietudes sobre educación y formación ciudadana se han incrementado en las décadas recientes,(...) como parte de las transformaciones dadas en el plano internacional en torno a fenómenos de naturaleza tanto social, como política, económica y cultural. Dentro de este contexto, el modelo de cultura política articulado en torno a los Estados nación pautados por el bienestar social, puesto en marcha a partir de la segunda posguerra, hizo crisis a favor de un Estado neoliberal en el que la esfera económica se tornó hegemónica.

Para entender o sentir latino-americano diante destas questões serão tomados como ponto de referência o caso brasileiro e colombiano. Neste sentido, como a cidadania tem sido construída no contexto brasileiro e no contexto colombiano? De que maneira, a Geografia escolar (e as ciências sociais como um todo) tem contribuído (e pode contribuir) para pensar a formação cidadã? Pensar estas questões parte de preocupações com a educação formal e a cidadania que perpassam tanto o Brasil quanto a Colômbia, além de outros países da América Latina, imersos em situações de conflitos e desigualdades sociais. Essas preocupações ganham maior intensidade frente às dinâmicas que envolvem o capital, as transformações sociais, econômicas, políticas. Isso tem levado a refletir, principalmente sobre avanços e desafios nestes países.

Tanto no Brasil quanto na Colômbia, a formação educacional foi tardia e o desenvolvimento da cidadania é relativamente recente. Estes são desafios que implicam em pensar a educação escolar como espaço de construção da cidadania e de vivências cidadãs. No presente artigo, de cunho teórico, a reflexão tem as ciências sociais – a Geografia, principalmente – como eixo, ou ponto de apoio, para abordar a temática, considerando a formação para a cidadania no contexto brasileiro e o colombiano.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

**A educação escolar no Brasil e na Colômbia – da tradição republicana excludente ao contexto de luta pelos direitos sociais e suas garantias**

Atualmente, a educação faz parte dos direitos fundamentais das pessoas, esta reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e por convenções internacionais que comprometem os Estados a respaldar o acesso à educação de todos os cidadãos no mundo (JAIMES, 2016). Antes de chegar nesse patamar de garantias internacionais teve um processo bastante difícil na construção de sistemas educacionais, especialmente na América Latina, ocupada e colonizada principalmente por portugueses e espanhóis. Por isso, é um processo relativamente recente, tendo em vista que ocorreu muito tempo depois do que na Europa, contexto em que a educação foi estruturada como direito de todos e considerando a construção da cidadania de modo mais efetivo.

No caso do Brasil, no processo de colonização, foi incentivada a educação jesuítica para expandir a fé cristã, catequizando os indígenas e facilitando a manutenção da posse e conquista de novas terras, tendo por objetivo a catequese, mas logo substituída por uma educação aos filhos dos homens da elite, que depois concluíam os estudos na Europa. A educação, portanto, não se constituía como um bem acessível a todos (ZOTTI, 2004). Esse cenário passou a ser transformado a partir de 1808, quando a Corte Portuguesa se mudou para o Brasil, iniciando a expansão da educação com a criação das primeiras instituições de ensino superior e os cursos isolados. Os demais níveis de ensino continuaram apenas formando as elites.

A partir de 1822, com a Independência do Brasil, a atenção estava ainda voltada para as demandas econômicas, em que o modelo exportador era mantido e a educação oportunizada às classes mais abastadas. Somente teve avanços mais efetivos frente à expansão do capitalismo no período pós Revolução Industrial, em que a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho foi ampliada. Segundo Mormul e Machado (2013), foram iniciadas tentativas de universalização do ensino no século XIX, e o Estado interveio

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

na educação para constituir uma escola leiga, gratuita e obrigatória. Porém, a educação escolar era uma maneira de formar cidadãos livres para o trabalho, considerando as necessidades da época e o aumento da influência da classe burguesa.

No século XX, o sistema educacional brasileiro avança para o atendimento a toda a população, procurando garantir direitos e a formação cidadã, o que foi interrompido pela ditadura militar (1963-1984), que impôs censura à educação e retrocessos que impediam maior igualdade de direitos e participação cidadã. A Constituição Cidadã de 1988 assegurou avanços no que tange aos direitos humanos, dentre eles a educação, e avança nesse processo na década de 1990, quando, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, considerou a educação para o atendimento a todos, inclusive contemplando as minorias étnicas de modo mais amplo.

A educação pensada como direito de todos e dever do Estado no Brasil é um processo recente, haja visto que se estruturou apenas no século XX, e permanece com inúmeras lacunas, principalmente no intuito de formar para a cidadania.

No caso da Colômbia a educação escolar foi pautada em quatro momentos: a intervenção da igreja, um momento republicano, a modernização e o contexto de garantias internacionais (ROJAS, 1982; JAIMES, 2016). Segundo Gonzalez e Santisteben (2016) e Herrera (2008) a cidadania teve quatro lógicas em relação com o desenvolvimento histórico da educação como direito e sua forma no currículo. A primeira, uma lógica prescritiva a qual teve duas formas, uma católica associada ao catecismo e outra comportamental representada no famoso texto “Manuel de Urbanidad de Carreño”, que estabelecia as formas corretas de comportamento. A segunda, composta de valores inicialmente patrióticos com o objetivo da formação de uma subjetividade nacional, que se renovou no ano de 1991 com a última constituição, fazendo ênfase na democracia e a participação dentro das estruturas do Estado. A terceira está ligada à política, transformação e justiça social, que nasce da proximidade com discursos de liberação nacional, da teologia da liberação e discursos alternativos que por si só não marcaram uma época, mas persistem até a atualidade. Por último, as tendências atuais que assumem, por

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

um lado a crise do conflito armado na Colômbia, tendo o conflito como ponto para refletir sobre a violência. Por outro lado, está a proposta da formação cidadã materializada no projeto de competências cidadãs e nos lineamentos curriculares de ciências sociais que dominam o cenário oficial da educação. O Ministerio de Educación Nacional em um manual se refere a ensinar para a cidadania:

En las circunstancias actuales de Colombia esta pregunta cobra una mayor relevancia cuando, como sociedad, estamos haciendo enormes esfuerzos por buscar alternativas que nos permitan resolver los conflictos de una manera pacífica, superar la exclusión social, abrir nuevos espacios para la participación ciudadana, enfrentar los altos índices de corrupción y lograr relaciones más armoniosas en las instituciones educativas, los lugares de trabajo, los espacios públicos y los hogares de muchos colombianos y colombianas. El país ha recorrido un camino para ello y los Estándares Básicos de Competencias Ciudadanas buscan unirse a esta búsqueda que, sin lugar a dudas, se constituye en un desafío inaplazable que involucra a distintos sectores de la población. (2006, p. 148).

Este enfoque de competências tem sido amplamente criticado por possuir um espírito instrumental, que provém do contexto pós-guerra, onde o mercado cobrou valor dominante sobre os discursos educativos na América Latina, introduzindo uma cultura política da eficácia e eficiência social, a educação como garantia dos produtos chamados sujeitos, que cuida desde a dimensão pedagógica entre o currículo e a avaliação dos resultados, convertendo-se em um dispositivo de governo, até uma biopolítica, disciplina os corpos para a gestão estatal, ao mesmo tempo ajuda na constituição de sujeitos que farão parte do capital humano (HERRERA, 2008; TORRES, REYES, 2015). A discussão é muito rica, e mesmo falando de competências, capacidades simples de lógica utilitária, seus códigos de argumentação são flexíveis, até ambíguos - às vezes críticos, às vezes legitimadores das estruturas de opressão.

### **As ciências sociais, especialmente a Geografia, como espaço para a cidadania**

As ciências sociais constituem parte importante na formação humana e cidadã nos sistemas atuais de ensino, realidade compartilhada tanto no caso brasileiro como

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

colombiano, ainda que com políticas e estruturas curriculares diferentes. Os debates oriundos desta área resultam em espaço profícuo para compreender as dinâmicas sociais, os processos de transformação que perpassam as sociedades e, nesse sentido, compõe uma estrutura que tende a contribuir para pensar a educação para a cidadania.

As ciências sociais têm desenvolvido, nesse encontro com a escolas e as necessidades do ensino, uma epistemologia escolar que trabalha com seus aportes à cultura e o contato com a vida escolar, daí que podemos diferenciar, por exemplo, a Geografia do contexto escolar, corpo principal desta análise. A geografia escolar é um corpo de conhecimento que não se propõe especificamente entender o espaço geográfico e suas dinâmicas, porém, parte desse entendimento do espaço, de categorias como território, paisagem ou cidade, cujas relações envolvem necessariamente o entendimento das principais problemáticas do século XXI (SOUTO, 2010). Esse entendimento espacial dos problemáticas atuais é o que vai permitir que a geografia tenha uma grande riqueza teórica no sentido de aprofundar a formação cidadã.

Se propõe três caminhos básicos, porém, interdependentes, onde a Geografia escolar consegue se aproximar nestes desafios. Primeiro: Sua vigilância epistemológica, a geografia escolar é uma disciplina de dupla reflexão - por um lado tem que dar conta dos avanços teóricos da disciplina geográfica e identificá-los em sua diversidade paradigmática, mas também tem que pegar esses conteúdos e interpretá-los em relação aos seus problemas pedagógicos, entre eles, a formação cidadã (SOUTO, 2010; GOMEZ, LOPEZ, 2008). Segundo: A força teórica que a geografia tem para compreender os problemas que compõem os desafios para a cidadania, um exemplo magistral é a categoria do território. Silveira (2011), baseado em Milton Santos, explica como o entendimento do desenvolvimento histórico e social do território como um sistema de ações, objetos e normas, que existe e se relaciona em múltiplas escalas, criando e transformando os lugares, lugares que implicam novas formas de configuração da vida dos sujeitos, limites e possibilidades para suas ações, isto é, uma análise da base territorial da cidadania. Terceiro: a possibilidade de fazer da escola um espaço de convivência cidadã. A formação

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

cidadã pelo viés da educação geográfica tem a possibilidade de chegar no ideal da educação crítica que busca alcançar a práxis entre teoria, prática e transformação, quer dizer, a educação para a cidadania com sentido espacial pode construir uma dialética onde uma crítica desde a análise territorial da cidadania leva a construir, na escola, um espaço de convivência cidadã.

Nesse sentido, pensar a geografia escolar para a formação cidadã implica em definir o que se pretende ensinar, que conteúdo se pretende trabalhar que envolva pensar a cidadania, a quem estamos ensinando e como vivem estes sujeitos, que aspectos são importantes para construir o conhecimento e inseri-los nos debates propostos. Para tanto, leva-se em conta os conceitos, como os territórios, os lugares (cidades, espaços públicos, etc.), as teorias que embasam esse processo educativo em geografia, a realidade vivida pelos estudantes e o contexto atual, sem desconsiderar a herança cultural brasileira e colombiana, cada qual em suas especificidades.

Conforme Callai e Moraes (2014), temos como herança uma “experiência secular” de exclusão, de autoritarismo e de pouca vivência democrática, o que requer pensar nos direitos da população, mas sem esquecer seus deveres. Estes aspectos envolvem a dimensão ética no exercício da cidadania, e podemos educar para tanto. A geografia escolar, diante disso, envolve considerar aspectos sociais com base em uma perspectiva humanizadora, pela qual tecem-se inúmeras possibilidades de olhar a realidade com base nos temas inerentes a essa área do conhecimento, a partir da qual poderemos construir uma educação cidadã.

### **Considerações finais: Desafios à construção da cidadania no Brasil e na Colômbia**

A cidadania, que começa sendo exclusiva dos homens de certo nível social e econômico, agora se abre a questões que ultrapassam os estados nacionais, tendo, no sentido atual, várias questões: a nova ordem geopolítica e as implicações dos alcances dos

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

fenômenos internacionais, a fraqueza do sentido formal da cidadania que, por exemplo, fica sem ferramentas para pensar os fluxos migratórios, o surgimento de identidades supranacionais (GOMEZ, 2004). A cidadania, no contexto moderno teria três dimensões importantes, segundo Fernandez e Echevarria (1998), a dimensão social, isto é, que os sujeitos são portadores de direitos, a cidadania formal, onde os sujeitos são reconhecidos como membros de comunidades políticas, e a cidadania política, onde os sujeitos fazem uso dos seus direitos e exigem, usam ou transformam as comunidades nas quais estão inseridas através de mecanismos legais ou socialmente válidos.

As questões que perpassam a sociedade atualmente, levam-nos a pensar a consciência da necessidade da construção da cidadania e, pelas ciências sociais, pela geografia escolar, isso precisa ser definido, tecendo possibilidades que se efetivem.

O caso colombiano tem dois desafios particulares que tem a ver com o momento histórico, o processo de paz com as guerrilhas comunistas que levavam em guerra durante 50 anos no país; o outro é a consolidação de uma cultura política que acredite no Estado, e faça ele funcionar. A maioria dos colombianos ou não sabem agir ou não acreditam nas instituições oficiais; até se fala de Estado falido, o que seria um exagero, mas que deixa claro a grande tarefa que têm os colombianos pela frente onde, sem dúvidas, a formação cidadã tem muito que aportar, a Colômbia precisa ser um território de paz e isso passa pela educação (FERNANDEZ; ECHEVERRIA, 1998).

No contexto brasileiro a educação precisa avançar no sentido de estabelecer as bases do que seja a formação cidadã, de conscientização sobre as desigualdades e discriminações ainda latentes no país, buscando a participação ativa, consciente e crítica sobre a realidade vivenciada em diferentes aspectos (políticos, econômicos, sociais, culturais, etc...). Compreende, ainda, a necessidade de fortalecimento da democracia, desenvolvimento da qualidade do processo formativo de professores e estudantes para, finalmente, contribuir às transformações sociais, humanização frente a um processo de disseminação do ódio e da violência. Alcançar essas transformações requer entender o contexto histórico, social, político, o que é possível pela educação.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

A UNESCO (2015) estabelece como objetivos para a educação, na perspectiva de uma cidadania mundial, a ênfase em se entender como parte de uma comunidade multi-escalar composta de relações e interdependências econômicas, sociais e culturais complexas, que precisam uma formação política coerente no momento de participar, exigir, tolerar e conviver com os outros. Para atingir os objetivos da cidadania e fazer dela um objetivo formativo, cada unidade política tem que projetar um tipo de educação. No caso da Colômbia tanto como no Brasil, o debate aponta a fazer desta uma parte integral de cada espaço educacional, quer dizer, é um fio transversal dentro das práticas pedagógicas e os corpos do conhecimento, a educação científica, ética e prática tem que formar um sujeito capaz de se compreender cidadão, respeitar aos outros como cidadãos e projetar na sua comunidade melhoras futuras, uma dialética entre dever, capacidade e conhecimento que só a educação consegue.

#### Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CALLAI, Helena C. MORAES, Maristela M. de. **Educar para a formação cidadã na escola**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.

FERNANDEZ, Ruben; ECHEVERRIA María. **Educacion y cidadania notas desde la experiencia de Medellin**. Revista nômaditas número 9, pp.129-140 septiembre 1998.

GOMEZ, Ernesto. **Ciudadania y enseanza de las ciências sociales**. Malaga. 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1449175.pdf>. Acesso em julho, 2018.

GONZALEZ, S; LOPÉZ, M. La producción de la geografía escolar y su vigilancia epistemológica. **Huellas**. n° 12. 2008 Disponível em:

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/n12a04gomez.pdf> Acesso em julho, 2018.

GONZÁLEZ, G; SANTISTEBAN A. La formación ciudadana en la educación obligatoria en Colombia: entre la tradición y la transformación. **Educación y Educadores**. v 19. n 1. 2016.

HERRERA, M. **Políticas públicas en educación ciudadana en Colombia y América Latina: La arena de lucha del campo intelectual en la historia reciente**. Historia de la Educación- Anuario. vol.9. Ciudad autónoma de Buenos Aires. dic. 2008.

JAIMES, Alba. **El derecho a la educación en Colombia, desde la perspectiva de los derechos humanos**. 2016. Disponível em: <http://revistas.ustatunja.edu.co/index.php/piuris/article/view/1144>. Acesso em julho, 2018.

MARTINEZ, Benito. **Educación y ciudadanía** Eikasía. Revista de Filosofía, II 6 septiembre 2006.

MINISTERIO NACIONAL DE EDUCACIÓN. **Estándares básicos de competencias ciudadanas. Formar para la ciudadanía...;sí es posible!** 2006. Disponível em: [https://www.mineduacion.gov.co/1621/articles-116042\\_archivo\\_pdf4.pdf](https://www.mineduacion.gov.co/1621/articles-116042_archivo_pdf4.pdf). Acesso: junho, 2018.

MORMUL, Mehanna. MACHADO, Maria C. G. Rui Barbosa e a Educação Brasileira: Os pareceres de 1882. **Cadernos de História da Educação**. V. 12, N. 1. Jan./Jun. 2013.

PINSKI, Jaime. PINSKI, Carla B. **História da cidadania**. (orgs.). 6 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ROJAS, Maria. **Análisis de una experiencia: la misión pedagógica alemana**. 1982. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/5080>. Acesso em julho, 2018.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

---

SILVEIRA, Maria. Território y ciudadanía: reflexiones en tiempos de globalización. **Unipluri/versidad**. vol 11 n.3, 2011.

SOUTO, Xosé. ¿Qué escuelas de Geografía para educar en ciudadanía? **Didáctica de las ciencias experimentales y sociales**. n.º 24. 2010, 25-44.

TORRES, C; REYES, E, Subjetivación en la escuela: una mirada crítica al programa de competencias ciudadanas. **Educación y Ciencia** - Núm 18. 2015 p 11-28.

UNESCO, 2015. **Educación para la ciudadanía mundial**. Temas y objetivos de aprendizaje. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002338/233876s.pdf>. Acesso em julho, 2018.

VALENCIA, Angelica. **La educación para la ciudadanía en colombia**: un análisis a partir de las pruebas internacionales sobre educación cívica de la IEA. 2013. Disponível em: [bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/5891/1/0461734-p.pdf](http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/5891/1/0461734-p.pdf). Acesso em julho, 2018.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas/SP. Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Realização:

